

Em missão emergencial a Juréia-SP, #CNDH recebe relatos de violações de direitos humanos

#Interconselhos | O Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH realizou ontem (25), em parceria com a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, missão emergencial na comunidade caiçara Rio Verde e Grajaúna, em Juréia (região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo). No início de julho, duas casas foram demolidas pela Fundação Florestal, órgão do governo estadual, já que o território é sobreposto a uma unidade de conservação estadual restritiva. Uma casa foi preservada - diante da resistência da moradora, grávida de 4 meses.

A conselheira Fabiana Severo e o conselheiro Paulo Mariante representaram o CNDH na missão à região de difícil acesso, com travessia de canoa, estradas de terra e areia, além de controle de entrada e saída de pessoas. Durante duas horas, a equipe de conselheiros e defensores realizaram escuta das pessoas que estão passando por violações de direitos humanos. Em seguida, percorreram a região para visualizar o local das demolições.

“No nosso entendimento, deve haver preservação ambiental em coexistência com modos de vida tradicionais, como é o caso das famílias caiçaras, que vivem há mais de 200 anos na região”, posicionou-se Severo. “A Fundação Florestal fez a derrubada de duas casas sem o devido processo legal, sem autorização judicial, de forma bastante violenta e autoritária”, afirmou.

A conselheira apurou que, no dia da demolição, dois líderes caiçaras foram presos claramente como forma de afastá-los do momento. Atualmente, todos os desabrigados estão vivendo na única casa que restou. Foi montado um acampamento de apoio e resistência próximo à comunidade, com diversas entidades solidárias.

Para Mariante, a missão foi extremamente importante por permitir ouvir a população atingida. “Por meio desses relatos, podemos construir iniciativas que o conselho possa tomar em defesa dos direitos das populações tradicionais que estão tendo sua permanência colocada em risco por atitudes truculentas do governo do Estado de São Paulo”, pontuou.

O CNDH se comprometeu a dar visibilidade ao seu posicionamento pela defesa da comunidade caiçara e pela defesa do direito de ir e vir e de moradia das famílias. O relato da missão emergencial e proposta de recomendações – a serem elaboradas em conjunto com as lideranças caiçaras, os protagonistas da luta por seus direitos – serão apresentadas na próxima reunião plenária do conselho, em agosto.

Na terça, 23, o Condep – Conselho Estadual de Direitos Humanos de São Paulo também visitou a região. O presidente, Dimitri Sales, ressaltou que as famílias estão absolutamente desprotegidas pelo poder público. “As demolições se inserem num contexto de privatizações que desconsideram histórias, as tradições e o direitos das comunidades tradicionais”, afirmou.

Entenda o caso

No início de julho, com a demolição iminente de moradias na comunidade caiçara Rio Verde e Grajaúna, em Juréia, o CNDH atuou para tentar impedir violações de direitos humanos na região, durante o despejado realizado pela Fundação Florestal. Na ocasião, o presidente do CNDH, Leonardo Pinho, contatou autoridades em busca de diálogo, ao lado da Defensoria Pública do Estado e entidades locais, mas não conseguiu impedir o despejo.

Em seguida, decisão liminar do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo impediu a demolição da casa remanescente, após ação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo pela defesa de moradia tradicional caiçara. Um laudo antropológico reconheceu a tradicionalidade dos moradores.

A decisão judicial destacou que o modo de vida das comunidades tradicionais caiçaras estão plena consonância e harmonia com aspectos ecológico e econômico integrantes do tripé conceitual, sendo a participação das comunidades caiçaras, inclusive, decisivas para a integridade dos ecossistemas existentes. Destacou ainda o aspecto cultural, igualmente dotado de proteção constitucional, e o amplo arcabouço legal e convencional concernente à tutela das populações tradicionais.

#DireitosHumanos #ParticipaçãoSocial

Assessoria de Comunicação do CNDH

+55 61 2027-3348 / cndh@mdh.gov.br Facebook:

<https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos> Twitter:

<https://twitter.com/conselhodh>